

## EXPERIÊNCIAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ESTRATÉGIAS DE UM OUTRO DESENVOLVIMENTO

Por Débora Rodrigues<sup>1</sup> e Damien Hazard<sup>2</sup>, com apoio de Bruna Hercog<sup>3</sup>,  
Associação Vida Brasil

*Publicado em Por um Outro Desenvolvimento, ABONG (2012)*  
<https://www.abong.org.br/final/download/porumoutrodesenvolvimento.pdf>

Existe hoje, no Brasil, uma diversidade de experiências coletivas de geração de renda, representadas em empreendimentos econômicos coletivos, organizados sob a forma associativista ou cooperativista e orientadas pelos princípios da autogestão, da democracia e da solidariedade. É a chamada economia solidária que tem se apresentado como forma de organização da produção da comercialização, do consumo e das finanças solidárias, e que traz em sua essência não apenas os aspectos econômicos, mas também valores e práticas que permitem a reconstrução dos sujeitos sociais. Na realidade, a economia solidária é uma prática de caráter eminentemente político, em uma ideia de processo permanente de transformação da realidade social pela ação econômica e política de trabalhadoras e trabalhadores.

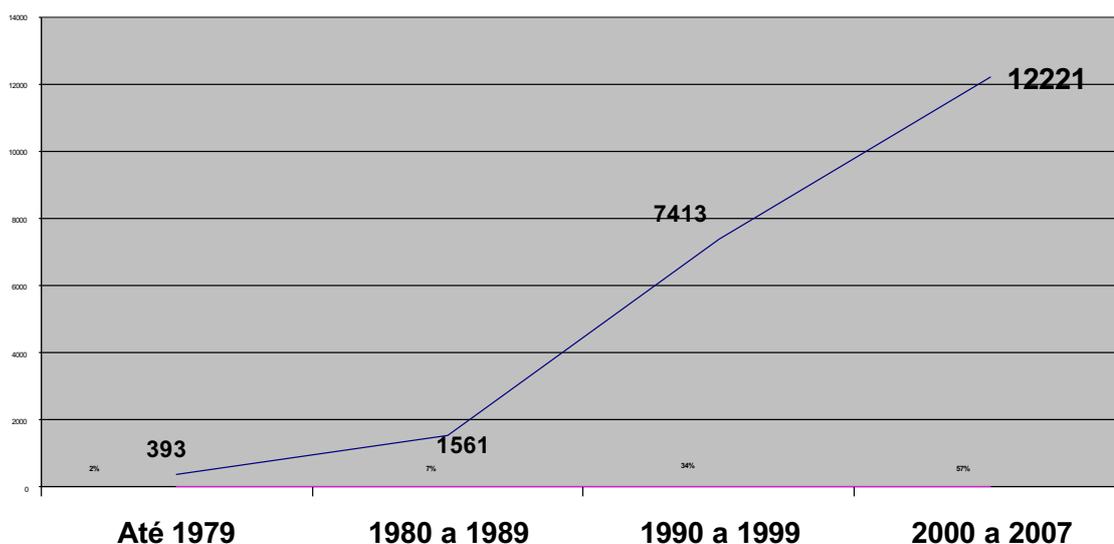
Nas últimas décadas, as práticas de economia solidária multiplicaram-se no território brasileiro. Os dados do Sistema de Informação em Economia Solidária (SIES), como resultado do mapeamento de economia solidária no Brasil, retratam a sua expansão recente.

---

<sup>1</sup> Coordenadora do programa de Geração de Renda e Economia Solidária da Vida Brasil e Mestre em Desenvolvimento e Gestão Social pela Escola de administração da UFBA

<sup>2</sup> Coordenador geral da Vida Brasil em Salvador, Bahia, e Mestre em Economia Internacional e do Desenvolvimento.

<sup>3</sup> Assessora de comunicação da Vida Brasil, e jornalista.

**TABELA I: EVOLUÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL**

Fonte: SIES 2005/2007

Existiam em 2007<sup>4</sup>, no Brasil, 1.687.035 trabalhadoras e trabalhadores organizados em Empreendimentos Econômicos Solidários que atuam nos setores de produção de bens, consumo, prestação de serviços, finança solidária e comércio justo. O conceito adotado pelo SIES considera o Empreendimento Econômico Solidário como um grupo de pessoas que desenvolvem atividades econômicas - de produção, distribuição, consumo, poupança e/ou crédito- organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores e trabalhadoras sob a forma coletiva e autogestionária. As quatro características essenciais de tais empreendimentos, portanto, além da ação econômica, são a cooperação, a autogestão e a solidariedade.

O fato de existirem apenas 393 empreendimentos nascidos até 1979 nos 12.221 repertoriados não significa que a economia solidária não tenha sido importante nas décadas anteriores, mas que poucos sobreviveram até os dias atuais: muitos empreendimentos nasceram e desapareceram, portanto não foram pesquisados. As práticas solidárias de trabalho são antigas e já existiam, por exemplo, na época colonial, ligadas notadamente às culturas ancestrais africanas e indígenas. Ou ainda no período da industrialização com as primeiras cooperativas de manufatura e agropecuárias. Como lembra Paul

<sup>4</sup> Os dados do SIES deve ser atualizados em 2012.

Singer, a economia solidária hoje traz em seu bojo as características próprias de experiências históricas de organização dos trabalhadores em resistência ao modelo capitalista.

A economia solidária, contudo, ganhou um novo sentido no mundo contemporâneo. As transformações do mundo trabalho, nas últimas décadas, atingiram maciçamente os trabalhadores brasileiros, ampliando a economia informal e provocando novas configurações neste setor. O aumento do desemprego, a partir da década de 90, acirrou a situação de exclusão social vivenciada pela sociedade, principalmente pelas camadas populares. O desemprego passou a atingir maciçamente os grupos ditos vulneráveis, tais como as mulheres, os negros, os jovens e as pessoas com deficiência, como resultado de um intenso processo de globalização da economia, de privatizações, de reestruturação produtiva, de precarização das relações trabalhistas e fragilização dos direitos humanos.

Todos estes fatores propiciaram a procura por novas configurações na economia como alternativa à escassez de postos de trabalhos. Assim, ganharam força as práticas associativistas, cooperativistas e autogestionárias, que representam uma alternativa às formas exploratórias e excludentes do modelo capitalista de organizar as relações sociais e econômicas. Nesse contexto, a economia solidária apresenta-se como estratégia de organização comunitária de resistência e conquista de direitos, expressa nas lutas de diversos movimentos sociais, dos povos e comunidades tradicionais e de organizações sociais voltadas à construção de uma sociedade mais justa e pautada em um outro modelo de desenvolvimento.

A Associação Vida Brasil, que coordenou o mapeamento de Empreendimentos Econômicos Solidários em estados do Nordeste, foi confrontada com uma multiplicidade de experiências locais. São cooperativas de mulheres ou mistas voltadas para produtos alimentícios, confecção, cooperativas de agricultores familiares, trabalhadoras e trabalhadores de resíduos sólidos, artesãos e artesãs, trabalhadores da construção civil, produção cultural, grupos de cultura popular, grupos artísticos, associações de pessoas com algum tipo de

deficiência, remanescentes de quilombos ou ainda grupos indígenas envolvidos coletivamente em atividades produtivas. Não é apenas a atividade econômica que une estas cooperativas. Há outras características que possibilitam que elas afirmem sua identidade conjunta e busquem direitos coletivos. São mulheres, homens, jovens, pessoas com deficiência, moradores de um mesmo local, membros de uma mesma etnia, praticantes da mesma religião ou de um mesmo espaço de culto... O surgimento e a atuação dos empreendimentos apresentam-se, nesse sentido, como expressões de cidadania, da busca e conquista de direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais, na maneira de produzir, de se relacionar entre si, com seus clientes e fornecedores, de pensar, de preservar o meio ambiente, de intervir nos espaços de participação política... Muitos dos empreendimentos encontrados, durante as visitas do mapeamento, não tinham nem noção do seu pertencimento ao campo da economia solidária, mas passaram a partir daí, a entendê-la e a identificar-se com ela. Se a prática era antiga, o conceito de economia solidária, há cinco anos atrás, ainda era bastante novo!

Diversos autores apontam dois principais elementos propulsores da economia solidária: de um lado, o aumento do desemprego resultante do processo de reestruturação produtiva e a conseqüente luta pela sobrevivência que leva milhares de trabalhadores a buscarem formas alternativas de geração de renda; do outro, a mobilização dos movimentos sociais e organizações da sociedade civil que no contínuo enfrentamento ao modelo capitalista de desenvolvimento se vêem desafiados a desenvolver ações de caráter socioeconômico em uma perspectiva emancipatória.

Nesse sentido, a economia solidária rompe com a visão linear do capital e possibilita o resgate do sentido da ação criadora do trabalho, como seu elemento central, retomando a concepção do homem como produtor de riqueza trazida por Karl Marx no século XIX. Assim, a economia solidária coloca uma perspectiva de trabalho que tem sua centralidade no homem e o cuidado com os meios de manutenção da vida no planeta. Para Arruda (2003), as experiências de economia solidária “são práticas fundadas em relação de colaboração solidária, inspiradas por novos valores culturais que colocam o ser

humano e não o capital e a acumulação, como sujeito e finalidade da atividade econômica.” A economia solidária articula em seu espaço a dimensão econômica que possibilita a socialização da riqueza e a dimensão política, onde estão presentes a gestão coletiva e a democracia participativa no exercício da atividade laboral.

A economia solidária é a expressão de uma nova centralidade, humana e local. A atuação articulada dos atores locais, pactuados em torno de objetivos comuns, contribui para a construção de um novo modelo de organização socioeconômico que se contrapõe ao capitalismo global vigente. A economia solidária articula-se com o desenvolvimento local à medida que desenvolve uma linha de atuação e participação que vai além das questões estritamente econômicas. Os dados do SIES (2005/2007) mostram que os atores da economia solidária estão envolvidos nos espaços de discussão e articulações dos seus territórios, como revela a figura abaixo.

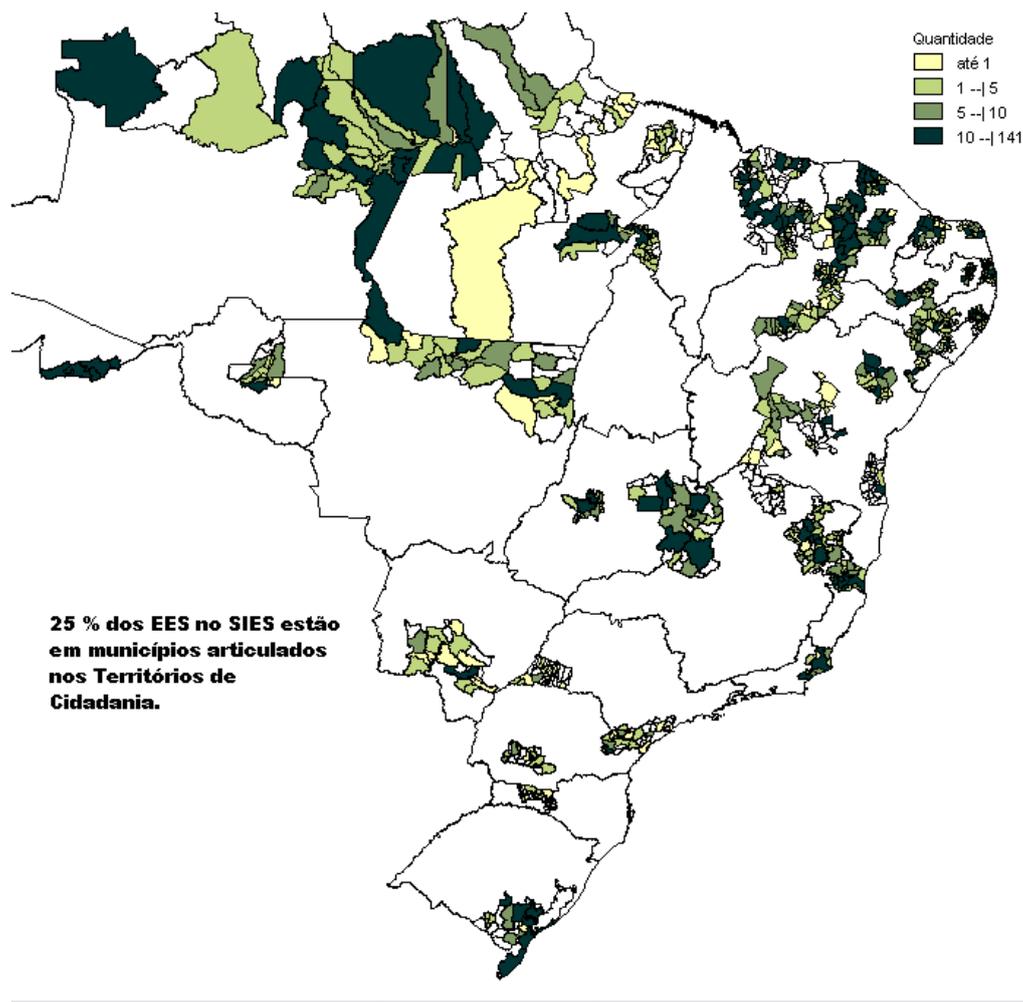


Figura 1: Mapa da dos EES articulados nos Territórios  
 Fonte: Atlas da Economia Solidária no Brasil – 2007

As articulações dos territórios, em contrapartida, são espaços de fomento à economia solidária. A organização de empreendimentos de economia solidária em redes de economia solidária também tem fortalecido sua integração e mobilização para o aproveitamento das potencialidades dos recursos locais.

Um exemplo valioso de empreendimento de economia solidária, a Cooperativa Agropecuária Familiar de Canudos, Uauá e Curaçá (COOPERCUC), ajuda a entender como as práticas da economia solidária contribuem para o fortalecimento de uma outra economia e, principalmente, de um outro desenvolvimento, baseado nas dimensões econômicas, sociais e ambientais da sustentabilidade.

A COOPERCUC articula 16 grupos de produção, localizados em comunidades rurais dos municípios de Curaçá, Uauá e Canudos - Bahia. A sede principal fica localizada em Uauá, cidade de 25.993 habitantes, localizada no semiárido baiano. A Cooperativa nasce no contexto da mudança do paradigma de “combate a seca” para o pensamento de que é possível aprender a “conviver com o semiárido”. A concepção da convivência contribui para o debate sobre uma nova perspectiva do desenvolvimento, apresentando aspectos que dialogam com os princípios da sustentabilidade à medida que ela “expressa uma mudança na percepção da complexidade territorial e possibilita construir ou resgatar relações de convivência entre os seres humanos e a natureza” (SILVA, 2008, p. 188).

A crítica ao modelo de desenvolvimento pensado para o semiárido, baseada na visão de “combate à seca”, fundamenta-se na compreensão de que a seca é uma questão natural e que é possível aprender a conviver como o semiárido. Assim, coloca o desafio de se pensar novas estratégias de enfrentamento da problemática do semiárido brasileiro. No debate acerca da noção de “convivência” uma das estratégias está relacionada à perspectiva de transformações produtivas, que respeitem a complexidade sociocultural e ambiental desta região.

No contexto de mudança do paradigma de desenvolvimento para o semiárido, as organizações sociais que atuam nessa região, constroem novas práticas de produção que buscam o fortalecimento da agricultura familiar e um desenvolvimento sustentável. “O semiárido passa a ser concebido enquanto um espaço no qual é possível construir ou resgatar relações de convivência entre os seres humanos e a natureza, com base na sustentabilidade ambiental e combinando a qualidade de vida das famílias sertanejas com o incentivo às atividades econômicas apropriadas”. (SILVA, 2008, p.24).

A COOPERCUC é um dos resultados da experimentação dessas novas práticas e é fruto do trabalho desenvolvido por religiosas da igreja católica nas comunidades rurais dos municípios de Curaçá, Uauá e Canudos. Aos poucos, a experiência foi se propagando de uma comunidade para outra, através dos

encontros realizados pelas mulheres para trocar receitas e saberes, surgindo, assim, o “Grupo Unidos do Sertão”. Ainda na década de 90, o trabalho passou a ser fortalecido pelo Instituto Regional da Pequena Agricultura Apropriada (Juazeiro/Bahia) - IRPAA, entidade que atua no semiárido brasileiro, trabalhando no desenvolvimento de projetos voltados para a construção e fortalecimento de conhecimentos e práticas de produção apropriadas às realidades ambiental e cultural dessa região. O trabalho foi realizado em parceria com as Dioceses de Juazeiro e Paulo Afonso.

A atuação do IRPAA, voltada para formação/educação da população sertaneja no desenvolvimento de técnicas apropriadas ao semiárido, fortaleceu a experiência das mulheres do “Grupo Unidos do Sertão”, através do projeto PROCUC, que passou a realizar a transformação das frutas em compotas, doces, sucos, polpas pasteurizadas e geléias, garantindo maior aproveitamento das frutas e o armazenamento por um período maior de tempo. Esse aproveitamento potencializou a alimentação das famílias e contribuiu para a diminuição da perda das frutas do umbuzeiro, que produzem apenas durante um período do ano.

As práticas de aproveitamento das frutas nativas do sertão, principalmente o beneficiamento do umbu, representam alternativas econômicas para as famílias. A comercialização das frutas sempre apresentou preços baixos por serem comercializadas “in natura”, apenas no período da safra. O beneficiamento, além de possibilitar o consumo durante todo o ano, também agrega valor ao produto e amplia o mercado consumidor.

Na região norte da Bahia, a comercialização dos frutos do umbuzeiro sempre significou uma fonte de renda para as famílias das comunidades rurais. Por falta de alternativa de comercialização, a venda do umbu “in natura” era realizada de forma precária nas feiras livres e nas ruas das cidades da região, ou comercializadas junto aos atravessadores, o que faz o produto percorrer um longo percurso entre o produtor e o consumidor.

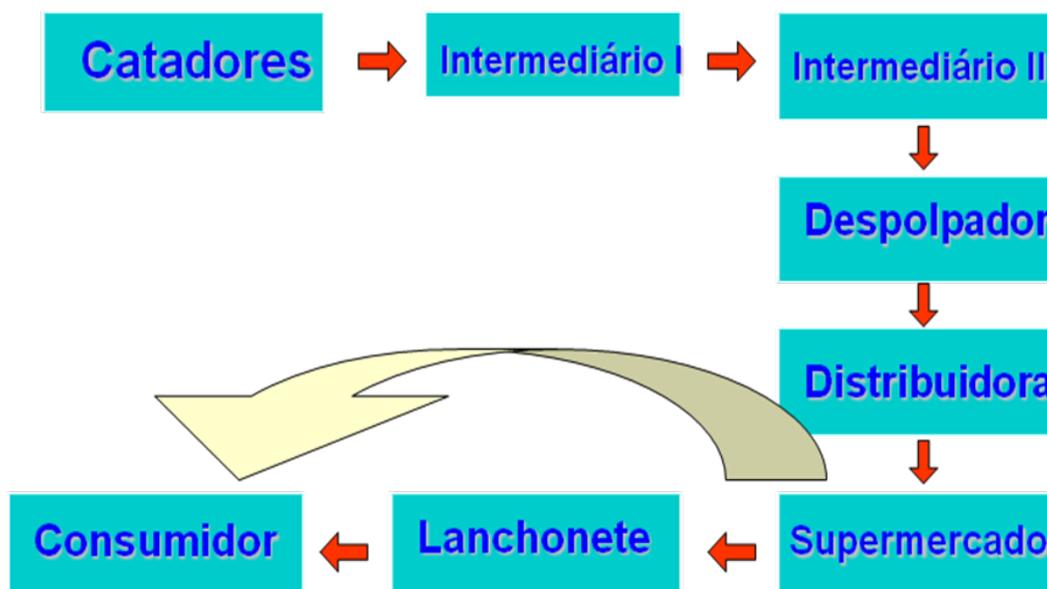


FIGURA 6: Caminhos da comercialização do umbu “in natura”  
Fonte: Rede Sabor Natural do Sertão

O processo de beneficiamento do umbu permitiu reduzir o número de intermediários e potencializar o processo de comercialização, agregando valor ao produto e possibilitando o aumento da renda das famílias produtoras.

A rede interna da COOPERCUC articula 16 grupos de produção que envolvem 141 cooperados, destes 91 são mulheres e 50 homens. Levando em conta as pessoas que participam do trabalho dos grupos produtivos, a cooperativa envolve de 250 a 350 famílias em suas atividades, entre cooperados e não cooperados, nas 16 comunidades, distribuídas nos três municípios de sua área de atuação.

Atualmente, a COOPERCUC produz dezoito tipos de produtos, como geléias, compotas, doces, sucos, polpas e picles. Alguns grupos chegam a entregar 700 toneladas/ano de produtos para serem comercializados. A venda é feita para a Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB (65%) para o mercado justo europeu (25%) e o restante para outros mercados. A cooperativa tem ampliado a venda para lojas em grandes cidades brasileiras, a exemplo de Salvador, onde possui 26 compradores, entre eles duas redes de supermercado.

A COOPERCUC, além da organização da cadeia da fruticultura nos municípios de Curaçá, Uauá e Canudos, desenvolve atividades de formação e capacitação técnica nas comunidades e possui representação em fóruns e redes e de espaços de articulação das políticas públicas voltadas para o apoio à economia solidária e agricultura familiar, segurança alimentar e nutricional, convivência com o semiárido e educação no campo. Nos municípios onde atua, assume um papel importante na articulação e mobilização da população sertaneja, organizações sociais e órgãos públicos, principalmente nas questões relacionadas à preservação ambiental da caatinga e suas potencialidades econômicas e da agricultura familiar.

O elemento mobilizador da COOPERCUC é o envolvimento das comunidades rurais em torno da problemática do semiárido na busca por melhores condições de vida sem ter que buscar trabalho nas grandes cidades. Diante da compreensão de que é possível produzir e viver com dignidade nessa região, a ação da cooperativa se dá através de uma multiplicidade de intervenções capazes de impactar na construção de conhecimentos, mudanças de valores, aprendizados de novas técnicas de produção e novos fazeres, desenvolvimento e aproveitamento de novas tecnologias. A COOPERCUC traz na sua prática cotidiana a concepção da *“Convivência com o Semiárido”*.

A estratégia de desenvolvimento está posta nesta experiência na contraposição ao padrão de produção capitalista. A ideia de sustentabilidade social, ambiental, política e econômica perpassa todas as ações desenvolvidas no âmbito da vivência da COOPERCUC. Na esfera local, os grupos produtivos, localizados nas comunidades rurais, organizam-se no processo de fortalecimento do poder local, transformação cultural das comunidades e afirmação da ética solidária num permanente construto dos aspectos econômico, social, ambiental, político e cultural.

Os valores observados na experiência da COOPERCUC também estão presentes em milhares de outras iniciativas de Empreendimentos Econômicos Solidários, em que são desenvolvidas práticas produtivas sustentáveis que preservam a diversidade ambiental e sociocultural, articulam as dimensões

econômica e política, possibilitam a gestão coletiva e a distribuição igualitária dos bens produzidos. Através do aproveitamento das potencialidades dos recursos econômicos, culturais e socioambientais dos territórios onde estão inseridos, os Empreendimentos Econômicos Solidários desenvolvem uma multiplicidade de intervenções capazes de impactar na construção de conhecimentos, mudanças de valores, aprendizados de novas técnicas e produção de novos fazeres. É onde reside uma outra concepção de desenvolvimento, já em marcha, na qual a ideia de sustentabilidade econômica, social, cultural e ambiental possibilita o resgate de valores, a reapropriação dos espaços locais e a construção de processos participativos e autônomos para os sujeitos sociais. Assim, a economia solidária se coloca enquanto caminho para estruturar mudanças paradigmáticas e civilizatórias nos mais diversos âmbitos: fortalece sistemas produtivos sustentáveis, incentiva o consumo ético, consciente e responsável, valoriza o trabalho humano, reconhece a contribuição da mulher e do feminino na economia, estimula a inclusão de todas as pessoas no processo de desenvolvimento e reduz, enfim, as desigualdades de renda e de riqueza.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRUDA, M. *Sócioeconomia solidária*. In: CATTANI, A. D. (Org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003, p. 232-242.

FRANÇA FILHO, G. C. *Teoria e prática de economia solidária: problemática, desafios e vocação*. Civita, Porto Alegre. V.7, n.1, p.155-174, jan/jun., 2007.

\_\_\_\_\_. *A economia solidária no Brasil*. In: LAVILLE, J.L.; FRANÇA FILHO, G.; MAGNEN, J.P.; MEDEIROS, A. (Org.); *Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006, p.57-71.

GAIGER, L. I. *A economia solidária e o espaço público: algumas observações sobre os agentes mediadores*. In: LAVILLE, J.L.; FRANÇA FILHO, G.; MAGNEN, J.P.; MEDEIROS, A. (Org.). *Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006, p. 223-235

\_\_\_\_\_. *Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

MTE, SENAES. *Atlas da Economia Solidária no Brasil*. 2007. Brasília: MTE, SENAES. 2006. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/sistemas/atlas/AtlasESmenu.html>,. Acesso em: 22 set. 2009.

\_\_\_\_\_, *Guia de Orientações e Procedimentos do SIES: 2009/2010*. v.01. Brasília: MTE, SENAES. 2009. Disponível em: [http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies\\_guia\\_2009\\_01.pdf](http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies_guia_2009_01.pdf) . Acesso em: 12 jul. 2009.

SILVA, R.M.A. *Entre o combate à seca e a convivência com o semiárido: Transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento*. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2008.

\_\_\_\_\_. Dilemas e perspectivas da construção local e territorial de desenvolvimento sustentável e solidário. In: PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DE GESTORES DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. Caderno de Texto. Rio de Janeiro, 2009.

SINGER, P. *Uma utopia militante: repensando o socialismo*. Petrópolis: Vozes. 1998.

\_\_\_\_\_. *Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário*. Estudos Avançados, São Paulo, v.18, n. 51, p.7-22, 2004.

\_\_\_\_\_. *A recente ressurreição da economia solidária no Brasil*. In: SANTOS, B.S. (Org). *Produzir para viver; os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. P.81-127.